

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 10 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 12 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 13 |
| 2.5 Medições não contábeis | 14 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 18 |
| 2.7 Destinação de resultados | 19 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 21 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 22 |
| 2.10 Planos de negócios | 23 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 25 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 26 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 33 |
| 5.3 Programa de integridade | 37 |
| 5.4 Alterações significativas | 43 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 44 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Seção 2 do Formulário de Referência

2.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes deste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("Companhia" ou "d1000"), disponíveis no *website* da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a nossa Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional.

Em 31 de dezembro de 2023, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$ 26,8 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 44,2 milhões. Dado que a nossa Companhia terminou o ano com valor de caixa superior ao montante de dívida, ela apresentou uma situação de Caixa Líquido no valor de R\$ 17,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$ 28,9 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 56,4 milhões. Dado que a nossa Companhia terminou o ano com valor de caixa superior ao montante de dívida, ela apresentou uma situação de Caixa Líquido no valor de R\$ 27,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, a nossa Companhia possuía Dívida Bruta no valor de R\$ 26,8 milhões, representando uma redução de R\$ 2,0 milhões ou 7% em relação à Dívida Bruta registrada em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 28,9 milhões.

Ao fim do exercício de 2023, nosso índice de liquidez corrente (calculado pelo ativo circulante/passivo circulante) foi de 1,16 (1,2 em 31 de dezembro de 2022). A manutenção do nosso índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2023 em relação a 31 de dezembro de 2022 decorreu principalmente do aumento em contas do ativo (como contas a receber e estoques) em contrapartida ao aumento do passivo circulante (principalmente fornecedores).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 870,9 milhões, R\$ 21,4 milhões maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$849,5 milhões. O aumento decorre do lucro líquido apurado no exercício de 2023.

A nossa estrutura de capital apresentou as seguintes características:

Em 31 de dezembro de 2023: 56,2% capital próprio e 43,8% capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022: 57,8% capital próprio e 42,2% capital de terceiros.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---------|---------|
| (em R\$ mil) | 2023 | 2022 |
| Capital de Terceiros | 677.664 | 621.222 |
| Capital Próprio | 870.855 | 849.493 |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---------|---------|
| (em \$ mil) | 2023 | 2022 |
| Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante) | -9.288 | -2.362 |
| Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante) | -7.546 | -26.541 |
| Dívida Bruta | -26.834 | -28.903 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 44.229 | 56.465 |
| (-) instrumentos financeiros (Ativo Circulante e Não Circulante) | 0 | 0 |
| Caixa Líquido (Dívida Líquida) | 17.395 | 27.562 |

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo, tendo em vista a geração de caixa operacional, a administração do capital de giro, as necessidades de Capex e o saldo de Aplicações Financeiras disponível. Acompanhamos de perto nosso índice de liquidez geral e, levando em consideração nossa evolução, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2023 apresentamos um índice de liquidez geral (ativo total / passivo total) de 2,3 (2,4 em 31 de dezembro de 2022). A singela redução do nosso índice de liquidez geral de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023 se deveu principalmente ao aumento dos arrendamentos a pagar em função da abertura

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de lojas e do aumento do saldo de fornecedores fruto do alongamento de prazo negociado e volume de compras.

A tabela abaixo ilustra a evolução do nosso índice de liquidez:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|-------------|-------------|
| (em R\$ mil) | 2023 | 2022 |
| Ativo Total | 1.548.519 | 1.470.715 |
| Passivo Total | 677.664 | 621.222 |
| Índice de Liquidez Geral | 2,3 | 2,4 |

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência), empréstimos de instituições financeiras e aportes de capital.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos nossa geração de caixa, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na nossa operação e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a nossa Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a nossa Companhia pode captar recursos junto a instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da nossa Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$ 26,8 milhões (R\$ 28,9 milhões em 31 de dezembro de 2022), em Real e indexados ao CDI.

Nosso Caixa Líquido / Dívida Líquida é calculado(a) pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e resultou Caixa Líquido de R\$ 17,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$27,6 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia e subsidiárias junto a instituições financeiras está

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar):

| 31 de dezembro de 2023 | | | | | | | | | | | |
|------------------------|----------|-------|---------------------------|--------------------------|------------|--------------|--------------------|-------------------|--------------|-------------------|------------|
| Instrumento Financeiro | | | | | | | | | | | |
| Empresa | Credor | Moeda | Taxa de Juros | Garantia | Vencimento | Taxa efetiva | Custo da transação | Custo à apropriar | Principal | Juros | Total |
| Rosário | Safrá | Real | CDI+ 2,5% a.a. | Aval Profarm a | 23/03/2027 | 5,10% a.a. | 146.181 | 146.181 | 11.815.998,6 | 56.04 | 11.872.044 |
| Rosário | Safrá | Real | CDI + 2,5% a.a. | 60% duplicatas Profarm a | 10/02/2027 | 4,37% a.a. | 60.145 | 60.145 | 4.903.591 | 136.065 | 5.039.656 |
| Rosário | Bradesco | Real | CDI + 2,21% a.a. base 360 | 60% duplicatas Profarm a | 16/12/2025 | 2,85% a.a. | 62.579 | 62.679 | 4.907.760 | 53.356 | 4.961.116 |
| CSB | Bradesco | Real | CDI+3,96% a.a. | Aval Profarm a | 16/12/2025 | 5,00% a.a. | 62.579 | 62.579 | 4.906.760 | 54.356 | 4.961.116 |
| Total | | | | | | | | | | 26.833.932 | |

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização do principal de nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023:

| Vencimento | | | | |
|------------------|------|------|-----------|-------|
| (em R\$ milhões) | | | | |
| 2024 | 2025 | 2026 | Após 2026 | Total |
| 9,3 | 10,5 | 5,6 | 1,4 | 26,8 |

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações de todos os nossos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes estão descritas na tabela acima deste item, 2.1 (f) deste Formulário de Referência, acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não existem relações de financiamento de longo prazo entre a nossa Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

além daquelas citadas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Na data deste Formulário de Referência, todas as dívidas financeiras da Companhia eram quirografárias. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não estamos sujeitos a *covenants* em contratos de financiamento da d1000, como restrição à troca de controle acionário, *cross-default* e/ou *cross-acceleration* atrelados a condições usuais para esse tipo de financiamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2023, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e se referem somente aos itens que tiveram alterações significativas em relação às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Desta forma, apresentamos a seguir as explicações de tais variações ocorridas e ressaltamos que as informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis tanto no *website* da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) quanto no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Receita operacional líquida

A receita é registrada e mensurada obedecendo ao pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas são fundamentalmente representadas por vendas em balcão à vista e por

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

cartão de débito e crédito para o consumidor final. Os clientes obtêm o controle dos produtos vendidos, substancialmente medicamentos e perfumaria, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes nas instalações do Grupo (lojas físicas), sendo as faturas emitidas e a receita reconhecida naquele momento. O grupo possui ainda a modalidade e-commerce em que o cliente adquire a mercadoria pelo canal digital e as faturas são emitidas e a receita reconhecida no momento em que o produto sai para entrega ao cliente. Eventuais descontos são concedidos no momento das vendas, e é reconhecido como redutores da receita. Dada a natureza dos produtos vendidos (medicamentos, origem controlada), raramente são aceitas devoluções.

Custo dos Produtos Vendidos

A companhia utiliza o custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride.

Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras, em relação às principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | 2023x2022 |
|--|---|-------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2023 | | 2022 | | |
| | (em R\$ milhares) | Variações verticais (%) | (em R\$ milhares) | Variações verticais (%) | Variação horizontal (%) |
| Receita operacional líquida | 1.748.909 | 100,00% | 1.483.148 | 100,00% | 17,92% |
| Custos dos produtos vendidos | -1.196.080 | -68,39% | -1.007.636 | -67,94% | 18,70% |
| Lucro Bruto | 552.829 | 31,61% | 475.512 | 32,06% | 16,26% |
| Despesas com vendas | -443.314 | -25,35% | -383.651 | -25,87% | 15,55% |
| Despesas gerais e administrativas | -67.891 | -3,88% | -54.029 | -3,64% | 25,66% |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 9.699 | 0,55% | -2.200 | -0,15% | -540,86% |
| Despesas Operacionais | -501.506 | -28,68% | -439.880 | -29,66% | 14,01% |
| Resultado antes do Resultado Financeiro | 51.323 | 2,93% | 35.632 | 2,40% | 44,04% |
| Receitas financeiras | 5.862 | 0,34% | 8.292 | 0,56% | -29,31% |
| Despesas financeiras | -30.912 | -1,77% | -31.147 | -2,10% | -0,75% |
| Resultado Financeiro líquido | -25.050 | -1,43% | -22.855 | -1,54% | 9,60% |
| Resultado antes dos Impostos | 26.273 | 1,50% | 12.777 | 0,86% | 105,63% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | 4.496 | 0,26% | 2.504 | 0,17% | 79,55% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente | -9.407 | -0,54% | -3.926 | -0,26% | 139,61% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido sobre o lucro | -4.911 | -0,28% | -1.422 | -0,10% | 245,36% |
| Resultado do Exercício | 21.362 | 1,22% | 11.355 | 0,77% | 88,13% |

Receita operacional líquida

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 1.748,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 265,8 milhões, ou 17,92%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$1.483,1 milhões. Esse aumento decorreu por conta de diversas iniciativas focadas em aumento de *market share*, bem como no seu projeto de expansão, tendo fechado o ano de 2023 com 240 lojas, um aumento de 22 lojas em relação ao fechamento de 2022.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$ 1.196,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 188 milhões, ou 18,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

totalizou R\$1.007,1 milhões. Este aumento decorreu do aumento de vendas mencionado acima.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$ 552,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 77,3 milhões, ou 16,26%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 475,5 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 501,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 61,6 milhões, ou 14%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 439,9 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento de número de lojas em 2023, quando comparado com 2022.

Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou R\$ 51,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 15,7 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 35,6 milhões.

Resultado Financeiro líquido

Nosso resultado financeiro foi negativo em R\$ 25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 2,2 milhões quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou um resultado financeiro negativo de R\$ 22,9 milhões, principalmente, em função do financiamento do projeto de expansão e de encargos sobre arrendamento.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia foi de R\$ 26,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando variação de R\$ 13,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou resultado de R\$ 12,8 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido sobre o lucro

Nosso imposto de renda e contribuição social teve impacto negativo no resultado de R\$ 4,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 3,5 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando teve um impacto negativo de R\$ 1,4 milhões. Essa variação decorreu em função do melhor resultado da Companhia.

Resultado do exercício

Nosso lucro foi de R\$ 21,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação positiva de R\$ 10 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou um lucro líquido de R\$ 11,4 milhões. Esse aumento decorreu das explicações dos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

| | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | Variações horizontais |
|--|---|---------|-----------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023x2022 |
| | (em R\$mil) | | (%) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 56.465 | 96.357 | -41,40% |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais | 146.042 | 102.608 | 42,33% |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | -62.396 | -44.860 | 39,09% |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento | -95.882 | -97.640 | -1,80% |
| Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa | -12.236 | -39.892 | -69,33% |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 44.229 | 56.465 | -21,67% |

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2023 tiveram redução de R\$ 12,2 milhões, decorrentes do consumo de R\$ 95,9 milhões nas atividades de financiamentos e R\$ 62,4 milhões aplicados nas atividades de investimento. As atividades operacionais geraram R\$ 146,1 milhões.

Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou fluxo positivo de R\$ 146,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 43,4 milhões ou 42,3%, se comparado ao fluxo positivo de R\$ 102,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de melhora nas contas de capital de giro.

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou consumo de caixa de R\$ 62,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, frente ao consumo de caixa de R\$ 44,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os investimentos foram destinados principalmente para as aberturas, reformas e ampliações de lojas.

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou consumo de caixa de R\$ 95,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, frente ao consumo de caixa de R\$ 97,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de amortização de dívidas da Companhia no período, sem refinanciamento correspondente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nossa receita foi composta substancialmente pela venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), e não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e dermocosméticos). Desenvolvemos nossas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão.

ii. *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A atuação da nossa Companhia é voltada à comercialização, no varejo, com abrangência regional, de medicamentos - que engloba medicamentos *branded* (medicamentos sujeitos à prescrição médica), medicamentos genéricos e medicamentos OTC (*over-the-counter*), produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores:* Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que no ano de 2023 apresentou variação de 2,9%. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.
- *Inflação:* No que tange à receita, houve um aumento no preço de medicamentos de 5,6% em 2023. Olhando para as despesas, a inflação afeta diretamente salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,62% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário de Referência.

b. **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O reajuste médio de preços ao consumidor foi de 5,6% no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2023.

c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro a Companhia, quando relevante**

2.2 Resultados operacional e financeiro

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço pode afetar a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia nos afetar adversamente.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Não houve práticas contábeis que tem resultado em efeitos significativos sobre as informações da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhuma participação societária foi constituída, adquirida ou alienada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

A seguir as principais medições não contábeis utilizadas por nossa Companhia:

a. valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA

O EBITDA, sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (em português: LAJIDA – lucro antes dos juros, impostos sobre a renda, incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada por nossa Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ou período em questão acrescidos pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e pelas despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA LTM significa o EBITDA da Companhia para os doze meses mais recentes encerrados, contemplando o EBITDA do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o EBITDA e a Margem EBITDA foram de R\$ 155,9 milhões e 8,91% e R\$ 133,9 milhões e 8,50%, respectivamente.

EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado

A nossa Companhia calcula a medição não contábil de EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para possibilitar uma comparação adequada entre os exercícios sociais. Nós calculamos o EBITDA Ajustado a partir do EBITDA, como definido acima, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foi efetuado o ajuste de arrendamento, impactado pela entrada em vigor do IFRS16 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

Considerando o ajuste anteriormente descrito no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o nosso EBITDA Ajustado e a nossa Margem EBITDA Ajustado foi de R\$ 66,6 milhões 3,8%, respectivamente.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A nossa Dívida Bruta corresponde aos nossos empréstimos e financiamentos registrados no nosso passivo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2023, nossa Dívida Bruta totalizou R\$ 26,8 milhões (R\$ 28,9 milhões em 31 de dezembro de 2022).

Nosso Caixa Líquido é calculado pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros, e totalizou R\$ 17,4 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Dívida Líquida/EBITDA LTM e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM

Utilizamos o índice “Dívida Líquida/EBITDA LTM” e “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM” como forma de calcular nosso potencial de honrar nossas

2.5 Medições não contábeis

obrigações financeiras. Apresentamos os índices em forma de Caixa Líquido pois a Dívida Líquida da Companhia é negativa.

Em 31 de dezembro de 2023, o nosso Caixa Líquido/EBITDA LTM foi de 0,1x e o nosso Caixa Líquido/EBITDA Ajustado LTM foi de 0,26x.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o lucro (prejuízo) líquido divulgado em nossas informações trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|-----------|-----------|
| (em R\$ mil) | 2023 | 2022 |
| Lucro/Prejuízo | 21.362 | 11.355 |
| Imposto de renda e contribuição social | 4.911 | 1.422 |
| Resultado financeiro líquido | 25.050 | 22.855 |
| Despesas de Depreciação e Amortização | 104.585 | 97.460 |
| EBITDA | 155.908, | 133.092 |
| Arrendamento ⁽¹⁾ | -89.308 | -83.692 |
| EBITDA Ajustado | 66.600 | 49.400 |
| Receita operacional líquida | 1.748.909 | 1.483.148 |
| Margem EBITDA | 8,91% | 8,50% |
| Margem EBITDA Ajustado | 3,81% | 3,20% |
| Caixa Líquido/EBITDA | 0,1 x | 0,2 x |
| Caixa Líquido/EBITDA Ajustado | 0,26 x | 0,56 x |

⁽¹⁾ Ajuste para fins de comparação em função da aplicação da Norma CPC06(R2) IFRS16 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) apresentada em nossas informações trimestrais referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--|---------|---------|
| (em R\$ mil) | 2023 | 2022 |
| Empréstimos e Financiamentos (Passivos Circulante) | -9.288 | -2.362 |
| Empréstimos e Financiamentos (Passivos Não Circulante) | -17.546 | -26.541 |
| Dívida Bruta | -26.834 | -28.903 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 44.229 | 56.465 |
| (-) Instrumentos Financeiros (Ativo Circulante) | - | - |
| (-) Instrumentos Financeiros (Ativo Não Circulante) | - | - |
| Caixa Líquido (Dívida Líquida) | 17.395 | 27.562 |

2.5 Medições não contábeis

- c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM são utilizados como medidas de desempenho operacional adotadas por nossa administração, pois acredita-se que é uma medida adequada para aferir o desempenho operacional da Companhia. Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM funcionam como ferramentas comparativas significativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, esses índices são utilizados também como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros os utilizam como um indicador de nosso desempenho operacional e financeiro. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por entendermos que os ajustes destas medições propiciam uma melhor compreensão da evolução de nosso resultado durante os dois últimos exercícios sociais.

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standard* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida de nossa Companhia, mas funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações de taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e contribuição social, ou dos níveis de despesas de depreciação e amortização. O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras, impostos e despesas e receitas que afetaram pontualmente nossos negócios, que, por sua vez, afetam nossos lucros. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA, EBITDA Ajustado, à Margem EBITDA e à Margem EBITDA Ajustado divulgados por outras sociedades.

Dívida Bruta e Dívida Líquida ou Caixa Líquido

Acreditamos que o cálculo da Dívida Líquida / Caixa Líquido é uma medida que é amplamente utilizada no mercado financeiro e fornece informações importantes sobre o nosso endividamento financeiro. Entendemos que a medição da Dívida Líquida/ Caixa Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional da nossa Companhia. Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida / Caixa Líquido e a nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por

2.5 Medições não contábeis

outras companhias. A Dívida não é uma medida de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou uma medida de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

STF – Coisa julgada

Considerando Ofício-Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP sobre a análise do impacto do recente julgado sobre a coisa julgada realizado pelo STF (acórdão ainda não publicado), informamos que a Companhia não adota recolhimento de tributo em desconformidade com a jurisprudência do STF.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social de nossa Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal até o limite legal aplicável. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e (ii) uma parcela, não inferior a 30% do lucro líquido remanescente, para a constituição de Reserva para Investimentos, reserva estatutária, cuja finalidade é financiar a expansão das nossas atividades e/ou das atividades de nossas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. O montante acumulado a título de Reserva para Investimentos não poderá exceder a 80% do nosso capital social subscrito. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

No exercício vigente e no exercício anterior, o lucro líquido gerado pela Companhia foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não havendo dividendo distribuído.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. Por proposta da nossa Diretoria, aprovada pelo nosso Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderemos pagar ou creditar juros aos nossos acionistas, a título de remuneração do capital próprio. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social, sendo assegurado aos acionistas o pagamento do eventual saldo remanescente. O pagamento efetivo dos juros sobre capital próprio dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Nosso Estatuto Social também autoriza a distribuição o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intercalares com base nesses balanços, por decisão do nosso Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral.

No exercício vigente e no exercício anterior, o lucro líquido gerado pela Companhia foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não havendo dividendo distribuído.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia a distribuição de dividendos, quando aplicável, conforme exposto nos itens "a" e "b" acima, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do nosso

2.7 Destinação de resultados

Conselho de Administração (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

No exercício vigente e no exercício anterior, o lucro líquido gerado pela Companhia foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não havendo dividendo distribuído.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em 31 de dezembro de 2023, não possuíamos restrições à distribuição de dividendos, exceto pelo disposto: (i) na Lei das Sociedades por Ações, e (ii) em nosso Estatuto Social.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de junho de 2021 e está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) e no website da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada

Não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

O nosso plano de negócios que se encontra descrito abaixo está baseado majoritariamente na geração de caixa proveniente da operação da Companhia. Parte de nossos investimentos futuros é dedicado majoritariamente à abertura de novas lojas, tendo sido inauguradas 30 lojas em 2021, outras 10 lojas em 2022, 30 lojas em 2023 e mais 35 lojas previstas em 2024, mas também à reforma e incremento da área de vendas de parte das lojas já existentes, sendo 20 lojas reformadas em 2022, outras 12 lojas em 2023 e para 2024 a previsão é de reformar 10 lojas.

Informamos ainda que a Companhia espera inaugurar de 260 a 280 lojas até 31 de dezembro de 2028. Pretendemos executar o plano de expansão e inaugurar novas lojas em cidades onde estamos presentes, aumentando participação nas mesmas. Sendo assim, buscamos antecipadamente mapear locais que preencham os nossos requisitos para a abertura de lojas das nossas bandeiras.

Além dos investimentos em novas lojas e reformas, pretendemos continuar investindo em projetos, tecnologias e infraestruturas que suportem a estrutura atual e a estratégia de crescimento.

ii. *fontes de Financiamento dos investimentos*

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento utilizadas para os investimentos realizados até o momento foram o caixa gerado por nossas operações e os recursos captados perante instituições financeiras. A partir de agora, a geração de caixa suportará majoritariamente as novas ações de aberturas de lojas e reformas, em linha com os nossos investimentos previstos no item “i”.

iii. *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos, restando a possibilidade de encerramento de lojas eventualmente, caso não apresentem o desempenho esperado para o portfólio da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

2.10 Planos de negócios

- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados*
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Os Diretores esclarecem que a nossa Companhia não possui novos produtos

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No Grupo, somos movidos a desafios. Inovações, conexões e muitas realizações fizeram parte desta nossa jornada. Nossa Governança é norteada pelas melhores práticas do mercado, atenta aos pilares ASG e fundamentada pela transparência das ações com os stakeholders internos e externos. Lançamos recentemente nossa Política e divulgamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade. Sabemos que o cenário mundial vivenciado nos últimos anos trouxe grandes desafios econômicos, ambientais e socioculturais o que evidenciou a importância do trabalho em rede. Nunca foi tão relevante promover o acesso à saúde e bem-estar com atuação inclusiva, sustentável e socialmente engajada.

A sustentabilidade é uma jornada coletiva. Nossa missão é apoiar com uma gestão especializada todas as áreas da Companhia a aprofundarem os debates e a compreensão sobre os diferentes aspectos ambientais, sociais e de governança que impactam a sua atuação. Somado a isso, temos uma Cultura viva de respeito, admiração e somos incansáveis na busca por novos desafios e iniciativas que nos ajudem a impactar o mundo por meio da saúde.

Temos o ASG como estratégia que permeia toda a companhia, desde a expansão das lojas da Rede d1000 que apresentam um acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais gerados e contemplam alguns recursos para reduzir seu impacto, até os 17 anos do Instituto Profarma que impacta milhares de pessoas com ações de geração de valor na promoção da saúde e assistência social.

Realizamos, em 2023, a materialidade da Rede d1000, priorizando temas escolhidos a partir do estudo da dupla materialidade que avalia a opinião dos stakeholders internos e externos, além do comparativo com os pares de mercado. Isso confirma nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

No pilar ambiental, ampliamos para 60% o número de lojas que compensam emissões por meio do uso de energia renovável nas fazendas arrendadas de energia solar. Além de projetos de redução de papelão, sacolas plásticas e a realização do inventário de emissões que será publicado junto ao Relatório de Sustentabilidade da Rede d1000.

No pilar social, temos desenvolvido e ampliado o Programa Diversidade em Cena tem o objetivo de fortalecer uma cultura mais inclusiva, proporcionando um ambiente de segurança psicológica, retenção, engajamento, inovação e relações mais humanizadas dos colaboradores. Com isso, lançamos o primeiro Grupo de Afinidade para pessoas Negras. Além do Instituto Profarma que há mais de 17 anos busca a geração de impacto positivo na vida da população da comunidade local por meio de doações e assistência as ongs cadastradas e mais de 500 embaixadores do bem.

No pilar de Governança, buscamos destacar a integridade, ética e compliance da companhia, trazendo a transparência e veracidade das informações publicadas. Para engajar e conscientizar líderes e demais colaboradores, foi criado o Bate-Papo ESG, evento que convida especialistas externos para apresentar e debater pontos que podem ampliar a consciência, estimular a reflexão e atualizar o conhecimento das equipes e de liderança.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Os Diretores esclarecem que a nossa Companhia não possui outros fatores com influência relevante.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Descrição de Gerenciamento de Riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

A nossa política de gestão de riscos é aplicável a Rede d1000 e foi aprovada pelos membros do nosso Conselho de Administração e elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – *Enterprise Risk Management Framework* – COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Conduta Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

Não possuímos uma política formal específica para o gerenciamento de riscos de mercado, mas adotamos determinados procedimentos de modo a manter uma constante supervisão à exposição também em relação a esses riscos a que estamos expostos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Riscos visa estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia, suas controladas e coligadas, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, o monitoramento e a comunicação de riscos aos administradores, permitindo a redução do grau de incerteza no alcance dos nossos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade de nossos negócios, reduzindo os nossos níveis de exposição a perdas.

c. riscos para os quais se busca proteção

Buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração. Consideramos como risco todo evento ou ação que represente uma ameaça, externa ou interna, que possa afetar negativamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócios das sociedades de nosso grupo ou de nossos processos. Os riscos para os quais buscamos proteção estão classificados em:

- **RISCO ESTRATÉGICO** - Possibilidade de eventos, internos e externos a organização, que possam comprometer o alcance dos objetivos de negócio e resultados pretendidos.
- **RISCO OPERACIONAL** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

externas; aumento do preço e não renovação dos aluguéis; incapacidade de operar, ou seja, a falta de habilidade em identificar oportunidades para novos pontos de venda; a manutenção de níveis de estoque para atender a demanda das nossas lojas, bem como o recrutamento, seleção e treinamento de colaboradores; e ainda aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Rede d1000 como abastecimento e distribuição de produtos para as lojas.

- **RISCO REGULATÓRIO E DE COMPLIANCE** - Possibilidade de não aderência a requisitos regulatórios decorrentes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou local, podendo resultar em crescente pressão competitiva e afetar significativamente a habilidade da Rede d1000 em administrar eficientemente seus negócios.
- **RISCO DE IMAGEM** - Possibilidade de ocorrência de relatos de má conduta e discriminação em nossas lojas ou atendimento inadequado aos relatos e insatisfações de Clientes, podendo ocasionar uma publicidade negativa com rápido alcance nacional nas mídias e redes sociais, com danos à integridade e imagem das Marcas, bem como aos seus representantes, afetando toda a d1000 varejo farma.
- **RISCO DE MERCADO** - Gerenciamos os principais riscos de mercado aos quais estamos expostos, quais sejam: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) flutuações de preços de medicamentos, (iii) regulamentação.

i) instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a nossa Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Essa etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividades da nossa Companhia como um todo, sendo medido em termos de gravidade das consequências e probabilidade de materialização.

No ano de 2022 a empresa buscou apoio de uma consultoria externa especializada para auxiliá-la na revisão de nossas matrizes de riscos corporativos e de mercado, juntamente com melhorias em nosso modelo de gestão e acompanhamento desses riscos. A avaliação de Riscos é um processo que auxilia nas tomadas de decisão, buscando priorizar os Riscos mais relevantes de acordo com a matriz de risco, que necessitam de acompanhamento constante, por meio dos níveis de gerenciamento envolvidos. A Matriz de Risco foi elaborada levando-se em consideração a metodologia que trata a probabilidade do evento e seu Impacto no negócio.

O nosso modelo de gestão de riscos é baseado na premissas do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e da ISO 31000, padrões internacionalmente reconhecidos para gestão de riscos. O processo é composto fundamentalmente por 04 (quatro) etapas:

- a) Identificação dos riscos: identificação dos riscos e respectivos fatores

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

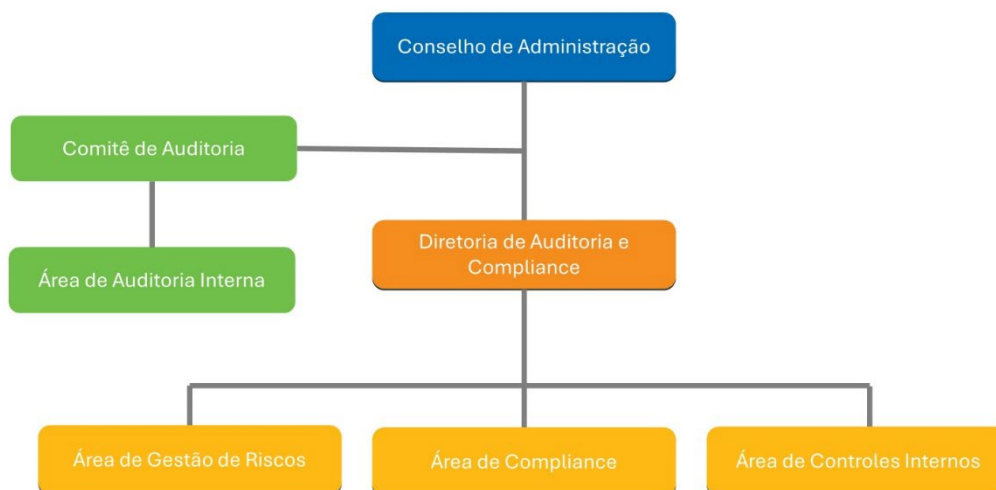
(causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

- b) Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- c) Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- d) Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar a efetiva implantação das ações mitigatórias, mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo resultar em novos riscos e causas.

Adicionalmente, os órgãos de nossa Companhia responsáveis pela avaliação de nossa Política de Riscos atuam de forma a aferir a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando necessário, para utilizar as melhores práticas de mercado que sejam aplicáveis à nossa Companhia.

ii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da nossa Companhia é multidisciplinar e atua conforme organograma abaixo:



As competências dos órgãos de nossa estrutura organizacional estão definidas conforme

abaixo: Diretoria de Auditoria e Compliance

- Cabe à Diretoria de Auditoria e Compliance definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e elaborar a proposta do apetite ao

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

risco, conforme o apetite ao risco de nossa Companhia.

- A Diretoria de Auditoria e *Compliance* encaminhará a proposta do apetite ao risco para revisão do Comitê de Auditoria e posterior aprovação do Conselho de Administração.
- A Diretoria deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Riscos e submetendo adequações e melhorias para a aprovação do Conselho de Administração.

Ainda, a Diretoria de Auditoria e *Compliance* conta com o auxílio das seguintes áreas:

- **Gestão de Riscos:** Cabe à área de Gestão de Riscos atuar visando fortalecer o ambiente de controles internos da Companhia por meio da: (i) análise de riscos e controles, (ii) proposição de melhorias nos processos da Companhia, e (iii) identificação de oportunidades que gerem valor para a Companhia.
- **Compliance:** Cabe à área de *Compliance* desenvolver ações que monitoramento e acompanhamento visando garantir que políticas e diretrizes organizacionais, bem como requisitos legais, estão sendo cumpridos, a fim de mitigar o risco de submissão da companhia a penalidades e perdas financeiras.
- **Controles Internos:** Cabe à área de Controles Internos monitorar e revisar continuamente os procedimentos e processos da Companhia para garantir sua eficácia e eficiência. Esta área é responsável por identificar e corrigir possíveis falhas nos controles, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros e a conformidade com leis e regulamentos. Além disso, trabalha para promover a segurança e a integridade dos ativos da Companhia.
- **Auditoria Interna:** A Área de Auditoria Interna é responsável por aferir qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando preciso, para utilizar as melhores práticas de mercado.

Cabe à Área de Auditoria Interna auditar os processos e controles internos, de acordo com metodologia estabelecida e plano anual aprovado, a fim de verificar o cumprimento de normas, políticas e procedimentos.

A Área de Auditoria Interna também deve avaliar os apontamentos realizados pelos auditores externos e o grau de coordenação com as áreas envolvidas.

Cabe à Área de Auditoria Interna fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Comitê de Auditoria

- Cabe ao Comitê de Auditoria avaliar a estrutura de gestão de riscos e os riscos da Companhia, avaliando continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário, em linha com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.
- O Comitê de Auditoria analisará as condições de controle de riscos às quais

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

estamos expostos e/ou sujeitos, ponderando a qualidade e efetividade das decisões tomadas para gerir os riscos.

- Por ser órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, os pareceres do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais pareceres devem ser acompanhados pela análise que suporte tal decisão.

Conselho de Administração

- Respeitadas as atribuições dos demais órgãos, cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações à Política de Riscos, autorizar, se necessário, quaisquer exceções à Política de Riscos, definir o nível de apetite ao Risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de Riscos estabelecidas.
- O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos no Grupo Profarma e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

Adicionalmente a estrutura apresentada, conforme Política de Gerenciamento de Riscos, adotamos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, conforme apresentadas a seguir:

1ª Linha de Defesa

A 1ª Linha de Defesa busca assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas. Compete a ela:

- Gerir os riscos e controles dos processos de sua atribuição e das atividades terceirizadas relevantes sob sua coordenação, por meio de abordagens preventivas e detectivas;
- Implementar ações para mitigação e/ou monitoramento dos riscos;
- Avaliar as normas externas e internas e verificar o impacto que estas podem ter nos processos e procedimentos da Companhia e a necessidade de planos de ação para garantir a aderência; e
- Definir e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos apontados pela Diretoria de Auditoria e Compliance (com o auxílio de suas áreas integrantes) e pela Área de Auditoria interna.

2ª Linha de Defesa

A 2ª Linha de Defesa dá apoio à 1ª Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada pela Diretoria de Auditoria e Compliance (com o auxílio de suas áreas integrantes), possuindo estrutura, avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle do Grupo Profarma. A 2ª Linha de Defesa compreende:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- A coordenação e a governança das atividades de gestão de riscos, controles internos e compliance, sendo independente no exercício de suas funções;
- O desenvolvimento e a disponibilização das metodologias, ferramentas e governança necessários para suportar o gerenciamento de riscos e compliance nas atividades do Grupo Profarma;
- O apoio à 1ª Linha de Defesa na implementação de práticas eficazes de gestão dos Riscos;
- A certificação da eficiência e da eficácia do ambiente de controle da primeira linha de defesa, através do mapeamento do processo, levantamento dos riscos e controles;
- A atuação em conjunto com outras áreas de suporte da organização que, dentre suas atribuições, também possuam atividades da 2ª Linha de Defesa, como: prevenção a fraudes, segurança da informação, sustentabilidade e jurídico, dentre outras.

3ª Linha de Defesa

A 3ª Linha de Defesa é representada pela Área de Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. A 3ª Linha de Defesa compreende:

- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas para todo o Grupo Profarma, conforme Plano Anual, este devidamente alinhado com o Diretor Presidente da Companhia e aprovado pelo Comitê de Auditoria;
- O acompanhamento dos planos de ação alinhados nos pareceres, de forma a garantir sua implementação;
- A identificação de novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução;
- A adequação ao porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou do agravamento dos que já foram identificados; e
- A realização, com acompanhamento pelo Comitê de Auditoria, de trabalhos de investigação das denúncias e reclamações recebidas, tanto pelos canais de denúncia ou comunicação do Grupo Profarma, quanto diretamente pelas demais áreas da Companhia.

Adicionalmente, o gerenciamento dos riscos de mercado é realizado pela área Financeira, a qual é responsável pela gestão das transações financeiras e do controle do nosso endividamento, de forma a garantir que a mesma ocorra dentro dos parâmetros estabelecidos pela administração da nossa Companhia.

A área Financeira é responsável por definir e propor operações ou medidas de mitigação de riscos de mercado consistentes com a estratégia da nossa Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Alguns assuntos relacionados ao controle e gerenciamento de riscos de mercado da nossa Companhia, tais como, relacionados a expansão e investimentos, estão sujeitos, ainda, à aprovação do Conselho de Administração. Nesses casos, é feita uma análise prévia pela Diretoria da matéria a ser discutida, que apresenta o seu parecer ao Conselho de Administração que, então, toma a decisão final sobre o assunto.

iv. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nossa estrutura operacional de controles internos é continuamente aprimorada para se alinhar ao desenvolvimento dos nossos negócios. Contamos com a estrutura e os procedimentos mencionados no item (a) do formulário anterior para mapeamento dos riscos e verificação da efetividade dos controles internos. Além disso, realizamos testes periódicos de controle para avaliar a eficácia dos mecanismos implementados na mitigação de riscos específicos.

Durante nossos trabalhos de risco e auditoria, também conduzimos mapeamentos detalhados de processos. Esses mapeamentos não apenas contribuem para a identificação de oportunidades de controle, mas também fornecem insights valiosos sobre a eficácia dos controles existentes em relação aos fatores de risco que buscam mitigar. Essa abordagem holística nos permite não apenas implementar medidas de controle proativas, mas também ajustá-las conforme necessário com base em uma compreensão contínua da dinâmica operacional.

Adicionalmente, reforçamos nosso compromisso com a constante busca por proteção e mitigação de riscos, realizando investimentos em tecnologia, revisões regulares de processos e acompanhamento diário das atividades e operações. O monitoramento e a avaliação contínua da posição consolidada de instrumentos financeiros utilizados na mitigação dos riscos de mercado permanecem fundamentais para a compreensão dos resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A nossa Companhia possui um nível de automatização e integração de seus sistemas, que conferem maior eficiência e segurança aos processos, suportando a elaboração das demonstrações financeiras. Temos como prática a busca por uma evolução constante de nossos controles internos trabalhando com as melhores práticas para garantir, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das nossas demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Para tal, a nossa Companhia e nossas controladas possuem o mesmo sistema integrado de gestão, inclusive, o módulo contábil.

A área de Controladoria da nossa Companhia valida as informações e a consistência destas com as informações acompanhadas pelos gestores durante os processos de elaboração de demonstrações financeiras e informações gerenciais. Todas as linhas de resultado de cada centro de custo são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, os sistemas de informações estão configurados para disponibilização das informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores.

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, as revisões e análises são realizadas primeiramente no nível de coordenação contábil, e posteriormente pelos níveis de gerência e diretoria. A aprovação final das demonstrações financeiras passa ainda pela Diretora Financeira e RI da Companhia, que as submete ao Comitê de Auditoria que recomenda, finalmente, a aprovação pelo nosso Conselho de Administração. As demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um parecer sobre a referida demonstração de forma trimestral e anual.

Complementam as estruturas de controle a Diretoria de Auditoria e Compliance, que se reporta ao CEO e que abrange as áreas de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos e compliance.

Com relação às providências adotadas por nós para corrigir eventuais imperfeições nas práticas de controles internos, ressaltamos que as deficiências de controles internos são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas. Adicionalmente, também realizamos as seguintes atividades:

- Análise e registro de possíveis contingências;
- Verificação de consistências dos módulos por meio de conciliações;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre orçado *versus* realizado por todas as áreas.
- Desenvolvimento de projetos de automatização de rotinas de conciliação e avaliação de variações de saldos contábeis relevantes.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura organizacional de governança, para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, com o objetivo de assegurar a conformidade com as normas contábeis aplicáveis e com as melhores práticas de controles internos em cada área que desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão as demonstrações financeiras. A referida estrutura, para tal, é composta pela (i) Gerência de Controladoria, a qual é subordinada à Diretoria Financeira e de RI, (ii) Diretoria de Auditoria e Compliance, (iii) Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, (iv) Comitê de Auditoria e (v) Conselho de Administração, cujas principais competências seguem abaixo descritas:

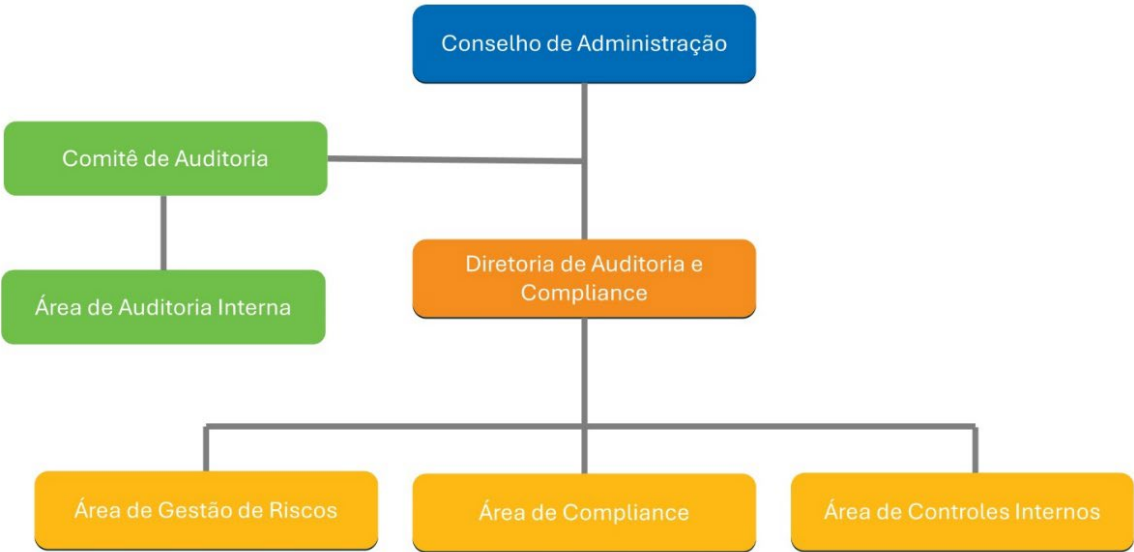
- Gerência de Controladoria: seu papel consiste em acompanhar, revisar e consolidar as informações relevantes da companhia, garantindo a qualidade de suas Demonstrações Financeiras.
- Diretoria de Auditoria e Compliance / área de Auditoria Interna: Seu papel consiste em (i) desenvolver trabalhos de auditoria interna conforme PAA (Plano Anual de Auditoria); em todos os macroprocessos

5.2 Descrição dos controles internos

e unidades da Companhia que apresentam maior risco de perda/prejuízo financeiro, (ii) avaliar, de forma independente, o sistema de controle gerencial de cada processo; (iii) contribuir para o fortalecimento do ambiente de controles internos por meio do mapeamento e análise de riscos, implementando melhorias no processo e informando as oportunidades que gerem valor para a nossa Companhia, (iv) apoiar Companhia na constituição de nossos políticas e procedimentos, (v) avaliar a aderência da Companhia (compliance) a aspectos legais, tais como à lei anticorrupção brasileira e aspectos regulatórios ANVISA, bem como a normas e políticas internas e (vi) desenvolver a cultura de Governança Corporativa de TI e de Práticas Anticorrupção por meio da implementação de controles que mitiguem os respectivos riscos em nossas principais atividades de negócio.

- Diretoria Financeira e de Relações com Investidores: Dentre outras atribuições, o seu papel inclui a consolidação dos resultados da empresa, e para tal conta com o suporte das Diretorias: (i) Jurídica; (ii) TI; (iii) Comercial; (iv) Operações; (v) Compras; (vi) CGG – Cultura, Gente e Gestão; (vii) Auditoria e Compliance; (viii) Marketing, e de algumas gerências sob a estrutura da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores:
- Comitê de Auditoria: é o órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria. Tem como responsabilidades a análise e emissão de recomendações sobre os trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente, a supervisão, monitoramento e avaliação continua dos sistemas de gestão de riscos, gestão financeira e de controles internos da Companhia, particularmente os procedimentos para elaboração de relatórios financeiros, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões do Conselho de Administração em relação aos assuntos relacionados à área de atuação do Comitê de Auditoria.
- Conselho de Administração: responsável pela aprovação das demonstrações financeiras e, a cada ano, a eles são submetidos o plano de auditoria independente. Os resultados de todos os trabalhos do plano de auditoria independente previstos para o exercício são acompanhados pela Diretoria da nossa Companhia e reportados aos membros do Conselho de Administração.

A estrutura organizacional do gerenciamento corporativo está apresentada a seguir:



5.2 Descrição dos controles internos

Para mais detalhes sobre a nossa estrutura de gestão de riscos, vide item 5.1.(iii) deste Formulário de Referência.

c. Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os nossos controles são constantemente avaliados a partir dos trabalhos dos departamentos envolvidos, abordando os nossos principais processos.

Utilizamos o sistema SAP para atividades de gestão e controle, que facilita o fluxo de informações entre todas as nossas atividades, por meio da adoção de um banco de dados centralizado.

Os envolvidos na avaliação dos controles internos são o Diretor de Auditoria Interna e Compliance e o time de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos e compliance.

Em 2023, a área de Auditoria Interna desenvolveu trabalhos referentes a (i) cost saving (ii) gestão financeira e de captação externa, (ii) gestão de estoque e compras (iv) processos regulatórios (v) Processo de Ressarcimento Acordos Comerciais (vi) lançamentos manuais, (vii) devoluções, (viii) obras do processo de expansão Varejo, (ix) provisões e (x) ajustes de inventário e depósitos transitórios. Com relação à análise de riscos, também efetuamos análises quanto à aderência dos processos da Companhia ao FCPA (Foreign Corrupt Practices Act) e Lei anticorrupção brasileira e destacamos ainda o projeto de revisão de riscos estratégicos, com atualização de fatores riscos e definição de ações mitigatórias.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foi reportado pelos auditores independentes nenhuma deficiência significativa no relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023. Parte do pacote de melhorias continua que a Cia estabelece internamente, a utilização dessas informações para substancialmente avaliar e melhorar seus processos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não há comentários da Administração, tendo em vista que não foram reportadas deficiências significativas no relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos.

internos no último relatório de recomendações enviado à nossa Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Adicionalmente, os Diretores da nossa Companhia avaliaram o relatório e entenderam que não há relevância e necessidade divulgação dos comentários relativos às outras deficiências (isto é, deficiências não significativas) identificadas pelos auditores independentes.

f. Comentários dos Diretores

Não há comentários da Administração, tendo em vista que não foram reportadas deficiências significativas no relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

Nós implementamos em 2015 os canais de comunicação interna, disponíveis a todos os nossos “*stakeholders*”, que devem ser utilizados para a comunicação de quaisquer situações que caracterizem violação ao Código de Ética da Companhia, incluindo, quaisquer suspeitas ou indícios de violação à Lei anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013), *US Foreign Corrupt Practices Act – FCPA* e *UK Bribery Act (UKBA)*, dentre outras.

A partir de março de 2023, promovemos melhorias significativas na estrutura do nosso canal de denúncias, incorporando um canal externo fornecido pelo serviço da Contato Seguro. Essa atualização representa um avanço substancial em termos de segurança e confiabilidade para todos os envolvidos. Além disso, é importante destacar que o Canal de Denúncias agora é uma obrigação legal para todas as empresas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme estabelecido pela Lei 14.457/22.

Os canais disponibilizados pela companhia são os seguintes:

- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/grupoprofarma
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/profarma
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/drogasmil
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/farmalife
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/tamoio
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/rosario
- Telefone Contato Seguro - 0800 517 1311
- Aplicativo Contato Seguro

Todas as ocorrências recebidas via canal de denúncias fornecido pela Contato Seguro, são encaminhadas automaticamente para nossa Diretoria de Auditoria e Compliance. Cada ocorrência é individualmente avaliada e qualificada pela equipe, com o apoio do nosso Comitê de Ética, a fim de determinar as medidas apropriadas a serem tomadas. É importante ressaltar que as demandas recebidas podem variar, abrangendo denúncias, reclamações, dúvidas, elogios e sugestões.

O Comitê de Ética desempenhou um papel fundamental na implantação do Canal de Denúncia, aprovando o formato de tratamento e as ações a serem tomadas com base no tipo das ocorrências, além de quais medidas disciplinares deverão ser aplicadas. Ademais ele também monitora os principais indicadores do canal. Todo o processo é monitorado pela Diretoria de Auditoria e Compliance até a sua conclusão.

As ocorrências que demandam investigações mais detalhadas devido à sua complexidade são tratadas pela Diretoria de Auditoria e Compliance. Esta equipe é responsável por elaborar o respectivo Plano de Investigação, conduzir o processo investigativo, determinar a procedência da ocorrência e definir medidas mitigatórias, quando necessário. Os resultados das investigações são então reportados à alta administração.

Para suportar este processo, a Companhia possui instrumentos normativos que formalmente estabelecem suas premissas, dentre os quais destacamos o Código de Conduta Ética da companhia, o procedimento PR 107-001.0 - Apuração de Denúncias, a norma geral NG 100-003.0 – Política

5.3 Programa de integridade

Anticorrupção e a NG 107.000.0 – Programa de Compliance.

A Diretoria de Auditoria e Compliance também desenvolve a análise independente de centenas de registros selecionados por critérios amostrais, mensalmente, inerentes a operações contábeis e financeiras, a fim de assegurar que não temos ocorrências de descumprimento das premissas estabelecidas na FCPA Act e Lei Anti Corrupção Brasileira, bem como procede com a realização de due diligences de seus fornecedores e prestadores de serviços, conforme política vigente.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil de riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Nós instituímos um programa de *Compliance*, conforme norma geral NG 107.000.0, que inclui as diretrizes para revisão dos instrumentos normativos do Grupo, bem como define a estrutura, ferramentas e procedimentos utilizados para adequada gestão de riscos do Grupo. Dentre os instrumentos que também suportam este processo destacamos o nosso Código de Ética, a norma geral NG 107-001.1 – Política Anticorrupção e a NG 107.00.0 – Programa de *Compliance*.

O processo contínuo de avaliação de riscos da companhia compreende, dentre outras ações:

- A disponibilização de canais de denúncia e comunicação a todos acionistas, administradores, gestores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, clientes, parceiros comerciais e comunidade em geral;
- A implementação de processo investigatório para as ocorrências recebidas;
- A adoção de um processo contínuo de gestão normativa, que objetiva a criação e revisão de normas e procedimentos formais, referentes aos mais diversos processos do grupo, bem como a divulgação a todos os colaboradores;
- A realização de análises de riscos e levantamento/avaliação de controles internos inerentes aos mais diversos processos do Grupo, conforme planejamento anual previamente definido e metodologia específica, definida no procedimento PR 107-002.1 - Mapeamento de processos e análise de riscos.
- O desenvolvimento de ações de treinamento referentes ao Código de Ética e Política Anticorrupção pela área de "Cultura, Gente e Gestão" e "Auditoria e *Compliance*".
- A realização de diligência em seus fornecedores, conforme procedimentos internos, de forma a obter informações sobre sua conduta, a fim de assegurar a contratação de empresas idôneas, à luz da legislação anticorrupção brasileira vigente, através da avaliação prévia do histórico e respectivo perfil destas empresas.
- O atendimento a diligências da indústria farmacêutica, com fornecimento de subsídio documental e informações sobre nossas práticas de governança, controles internos e negócio do Grupo.
- A realização de diligências quando da existência de projetos de fusões e aquisições na Rede d1000.
- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas em todo a Rede d1000, conforme Plano Anual, este devidamente alinhado com o CEO e Conselho de Administração do Grupo Profarma.
- O desenvolvimento do processo de *follow-up* dos planos de ação gerados a partir das auditorias internas e trabalhos de análise de riscos realizados, dentre outros.
- A realização de análise de registros contábeis e financeiras a fim de assegurar que não temos ocorrências de descumprimento das premissas estabelecidas na FCPA Act e Lei Anti Corrupção Brasileira.
- A partir destas e de outras ações desenvolvidas anualmente, as normas e procedimentos internos são aprimorados ou revisados, bem como novos instrumentos normativos são criados, a fim de garantir o contínuo aprimoramento e eficácia de nosso processo mitigatório de riscos organizacionais.

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Toda nossa estrutura organizacional é mandatoriamente envolvida e comprometida com aplicação dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo. Destacamos a Diretoria de Auditoria e *Compliance* do Grupo Profarma, criada em novembro de 2014, com aprovação do Conselho de Administração do Grupo, que tem como principal atribuição a implementação do programa de *Compliance*. Suas atribuições compreendem, dentre outros, a realização de auditorias internas nos processos e áreas de todas as empresas do Grupo Profarma, a gestão dos canais de denúncia, o desenvolvimento dos processos investigatórios, a realização de análises de risco e mapeamento de controles também em todas as áreas e processos do Grupo, incluindo análises visando a adequação da empresa às premissas da Lei anticorrupção brasileira nº 12.846/2013, e FCPA, o desenvolvimento de instrumentos normativos visando suportar os processos organizacionais, a realização do processo de controle e monitoramento quanto à implantação dos planos de ação oriundos destes trabalhos ("Follow-up") e o desenvolvimento das ações de monitoramento quanto a aderência da empresa (*compliance*) a aspectos regulatórios, trabalhistas.

A Diretoria de Auditoria e Compliance, que compreende as áreas de Riscos, Compliance Auditoria e Controles Internos, é responsável pela função de compliance de nossa Companhia e atua na avaliação dos controles internos, visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Nós possuímos um Código de Conduta Ética formalmente aprovado pelo Comitê de Ética da empresa e CEO da companhia, sendo este aplicável a toda rede D1000: membros do Conselho de administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, diretor-presidente e demais diretores, colaboradores, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e qualquer pessoa agindo em nome da Rede D1000. O Código de Ética serve de diretriz para todas as políticas e normas vigentes.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os nossos Diretores, Conselheiros e Colaboradores são anualmente orientados quanto às premissas estabelecidas no Código de Ética pela Diretoria de Cultura, Gente e Gestão, com suporte e participação da Diretoria de Auditoria e *Compliance*.

5.3 Programa de integridade

as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética estabelece as normas de conduta ética e identifica as condutas intoleráveis sujeitas a sanções e medidas disciplinares. As violações a este código são minuciosamente avaliadas pelo Comitê de Ética, o qual decide sobre as medidas disciplinares apropriadas, seguindo a matriz de medidas disciplinares estabelecida na Política de Consequências.

Esta matriz abrange uma variedade de medidas, desde advertências formais até desligamentos por justa causa, dependendo da gravidade da infração. Além disso, em casos mais sérios, são consideradas medidas legais cabíveis. Este processo de aplicação de medidas disciplinares é guiado pelo rigor e pela justiça, garantindo a coerência e a transparência em todas as decisões.

órgão que aprovou o Código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nosso Código de Ética foi formalmente aprovado por nosso Conselho de Administração em 3 de março de 2020 e revisado em abril de 2023. O referido Código está disponível no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.d1000varejofarma.com.br/>), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é operado e gerenciado diretamente pela nossa Diretoria de Auditoria e Compliance, garantindo assim um controle interno eficaz. Utilizamos uma plataforma externa fornecida pela Contato Seguro para assegurar a confidencialidade e a imparcialidade de todas as denúncias recebidas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está disponível a todos os stakeholders do Grupo, incluindo, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, empregados e comunidade em geral. Os canais disponibilizados pela companhia são os seguintes:

- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/grupoprofarma
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/profarma
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/drogasmil
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/farmalife
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/tamoio
- Site Contato Seguro - contatoseguro.com.br/rosario

5.3 Programa de integridade

- Telefone Contato Seguro - 0800 517 1311
- Aplicativo Contato Seguro
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O próprio Código de Ética da companhia estabelece que o anonimato dos denunciantes é garantido e ainda que, sob nenhuma circunstância, que quaisquer denúncias servirão como base para retaliação ou intimidação de qualquer colaborador.

O uso de qualquer um de nossos canais não exige que os denunciantes se identifiquem permitindo que se mantenham anônimos.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as ocorrências recebidas por meio do canal de denúncias fornecido pela Contato Seguro são automaticamente encaminhadas para nossa Diretoria de Auditoria e Compliance. Cada relato é submetido a uma análise individualizada e criteriosa pela equipe, com o respaldo do nosso Comitê de Ética, visando determinar as medidas apropriadas a serem tomadas. É relevante ressaltar que as demandas recebidas podem abranger uma ampla gama de questões, incluindo denúncias, reclamações, dúvidas, elogios e sugestões.

Com base no teor de cada relato, são delineadas as ações necessárias e as áreas responsáveis pela sua condução. Todo o processo é monitorado de perto pela Diretoria de Auditoria e Compliance até sua conclusão.

As ocorrências que exigem investigações mais aprofundadas devido à sua complexidade são tratadas diretamente pela Diretoria de Auditoria e Compliance. Esta equipe assume a responsabilidade de elaborar um Plano de Investigação detalhado, conduzir o processo investigativo de forma imparcial, determinar a procedência da ocorrência e estabelecer medidas mitigatórias, quando necessário. Os resultados das investigações são então comunicados à alta administração.

- O Comitê de Ética desempenha um papel essencial nesse processo, deliberando sobre as ações a serem tomadas com base no conteúdo das ocorrências e aplicando medidas disciplinares aos infratores, quando cabível. Para respaldar e formalizar este processo, a Companhia possui instrumentos normativos, como o Código de Conduta Ética da companhia, o procedimento PR 107-001.0 - Apuração de Denúncias, a norma geral NG 100-003.0 – Política Anticorrupção e a NG 107.000.0 – Programa de Compliance.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer caso confirmado de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública.

5.3 Programa de integridade

d. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme estabelecido na NG 107.000.0 – Programa de Compliance, nos adotamos a prática de condução de *due diligences*, com o adequado suporte especializado, em projetos de fusão e aquisições. A NG 107-001.1 – Política Anticorrupção também prevê que em todas as oportunidades de fusões e aquisições, deveremos realizar um processo criterioso de diligência legal, incluir cláusulas anticorrupção adequadas nos documentos da transação, e considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de passivos anteriores à operação.

e. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

As regras, políticas, procedimentos ou práticas foram descritas nos itens anteriores.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

Em relação ao último exercício social, não identificamos alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto. Destacamos que, durante o período em questão, optamos por retirar o risco específico de COVID-19 do nosso mapa de riscos, considerando a evolução do cenário global e as ações tomadas para mitigar os impactos relacionados a essa variável.

Quanto à política de gerenciamento de riscos, informamos que não houve mudanças substanciais. Mantivemos as práticas e procedimentos estabelecidos, garantindo a continuidade de um ambiente de controle eficaz. As políticas existentes demonstraram resiliência diante de desafios anteriores, e não identificamos a necessidade de ajustes significativos.

No que se refere às expectativas futuras, não antecipamos alterações substanciais na exposição do emissor a riscos no próximo período. Continuaremos monitorando proativamente os fatores de risco, avaliando constantemente a eficácia de nossas políticas e procedimentos, e estamos confiantes na manutenção de um ambiente robusto de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência.